

## ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Nº 07/2021

### Assunto:

**Elaboração do Plano Anual de Trabalho da Unidade Central de Controle Interno.**

### Aos Agentes das Unidades de Controle Interno

As mudanças que vem ocorrendo na Administração Pública brasileira, especialmente a disseminação e introdução de práticas mais modernas de governança, gestão de riscos e *compliance*, trazem consigo a necessidade de adaptação das Unidades de Controle Interno dos municípios.

Atualmente, estamos frente às exigências de uma atuação do Órgão de Controle Interno cada vez mais voltada à prevenção e orientação, de modo a agregar melhores técnicas, aumentando a eficiência e a eficácia da gestão pública e fortalecendo os processos internos de controle, exercendo assim, de forma plena, as funções de controle prévio, concomitante e posterior aos atos de gestão.

Neste contexto, a organização e o planejamento das atividades devem ser cuidadosamente estabelecidos, com foco nas prioridades e com base nos recursos (humanos e materiais) disponíveis, garantindo o cumprimento da sua missão institucional, bem como o atendimento dos princípios que norteiam a Administração Pública.

Para tanto, torna-se vital a necessidade de elaboração de um plano anual de trabalho da UCCI, observando as determinações contidas na legislação municipal, os regramentos constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de atos normativos e regulamentadores emitidos pelos Tribunais de Contas. O planejamento deverá estabelecer um cronograma mensal de

atividades, contemplando, no mínimo, as principais ações a serem desenvolvidas em relação aos seguintes temas:

- *Acompanhamento da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial da Entidade, avaliação do índice da despesa com pessoal, limites de gastos do Legislativo, Recursos provenientes da Venda de Ativos, realização da receita e da despesa, verificação das transferências voluntárias, destinação de recursos para outros órgãos públicos e privados, bem como avaliação do montante da dívida e condições de endividamento do Município;*
- *Organização e normatização sobre as rotinas e processos que integram o sistema de informações para o controle interno;*
- *Planejamento e execução de auditorias e verificações sistemáticas em todos os setores;*
- *Manifestação sobre a legalidade de atos administrativos relativos à pessoal;*
- *Emissão de orientações, instruções e pareceres técnicos exigidos pelos órgãos de fiscalização externa, ou outras esferas de governo, quando a lei ou regulamento assim dispuser*
- *Plano de qualificação, aperfeiçoamento e capacitação dos servidores integrantes da UCCI.*

É pertinente ressaltar que o TCE gaúcho, ainda no ano de 2012, estabeleceu diretriz<sup>1</sup> que prevê a necessidade de elaboração do plano anual de trabalho pelas Unidades de Controle Interno dos municípios:

*Art. 6º As disposições desta Resolução não excluem a necessidade de definição, por parte do Município, de normas regulamentares próprias pertinentes ao funcionamento do SCI, bem como ao cumprimento das atribuições da UCCI.*

*Parágrafo único. O regulamento a que se refere o caput deste artigo deverá contemplar a observância, em especial, dos seguintes requisitos e procedimentos:*

***I - prévia elaboração de plano anual de trabalho, a ser desenvolvido pela UCCI ao longo do exercício, contemplando os***

---

<sup>1</sup> Resolução TCE/RS nº 936/2012, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal e dá outras providências.

**tópicos de que trata a alínea "b" do inciso II do artigo 3º da presente Resolução; (grifamos)**

Assim, recomendamos às UCCIs, em especial aquelas que ainda não elaboraram os seus planos, que observem a necessidade de organização das suas atividades para o exercício de 2021, estabelecendo o planejamento prévio dos trabalhos em documento formal, o qual deverá ser acompanhado, revisado e atualizado ao longo do ano, de acordo com o seu desenvolvimento.

Taquara/RS, 29 de janeiro de 2021.



**GESTÃO**

Inteligência em  
Administração Pública

*20 Anos*